

QUADRO ATUALIZADO ATÉ 22/11/2019 DE DIVULGAÇÃO DAS RESPOSTAS CONFERIDAS AOS QUESTIONAMENTOS AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 62/2019 PPP EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Município de Timbó, através da Secretaria Municipal de Obras, serviços Urbanos e Agrícolas, torna pública as respostas conferidas pelo corpo técnico responsável pela elaboração do edital e projeto, aos questionamentos e pedidos de esclarecimentos feitos ante o edital de concorrência nº 62/2019:

Dúvida Suscitada: *“Na apresentação em Audiência Pública dos “dados do Projeto”, slide número 7, há uma informação de previsão para possíveis trocas de ‘braços’, estimados em 5%. Pelo que podemos observar nas amostras de 54 imagens apresentados no ‘Estudo Técnico’ (Tipologia T3, T4, T7, T9, T13, T15, T24, T31 e T32), encontramos pelo menos 15% de braços com dimensão de 1 m (um metro). Pergunta: O estudo considerou como suficiente o braço de 1 metro no cálculo de iluminância do projeto? Qual a quantidade exata de braços de 1 m?”*

Resposta oficial: "O estudo apresentado é de caráter referencial e considerou o estado de conservação dos braços, por amostragem conforme a norma ABNT 5426. O estudo estimou que 5% dos braços deverão ser trocados e esse custo foi utilizado no projeto referencial.

Não está disponível a informação com o número exato de braços e suas dimensões.

A definição do tamanho do braço está diretamente ligada às características de operação e luminotécnica das Luminárias a serem utilizadas, motivo pelo qual caberá ao licitante a elaboração de projetos considerando o uso dos braços existentes, ou sua substituição, caso seja mais adequado às luminárias que pretende utilizar."

Dúvida Suscitada: *“Considerando que a teor do item 6.3.5.5 do edital: os atestados de qualificação técnica poderão ter sua conformidade confirmada por meio de diligência; Considerando que a teor do mesmo citado item: o não atendimento aos requisitos editalícios implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo da perda da garantia contratual e das sanções cabíveis; Está correto nosso entendimento que a perda da garantia contratual e as aplicação das sanções cabíveis só ocorrerão na hipótese de falsidade, fraude ou dolo no documento apresentado, não se aplicando às situações de recusa do atestado por desatendimento as comprovações exigidas?”*

Resposta Oficial: ***“A pergunta não procede.** Cumpre esclarecer que a realização de diligências constitui faculdade e não obrigação da Administração Pública, a ser exercida segundo critério de conveniência e oportunidade, nos termos do art. 43, §3º da Lei de licitações. A garantia de proposta se destina à manutenção da proposta em todos os seus termos e a garantia contratual à fiel execução do contrato (ver glossário). Entendemos que não há relação entre os pontos levantados.”*

Dúvida Suscitada: *“Considerando que o Item 6.3.5 exige a apresentação de atestado de capacidade técnica para os serviços ali descritos, estando entre eles: “...iii) operação e manutenção de centro de controle operacional ou equivalente, constituído por equipamentos e softwares de tecnologia da informação que permitam a gestão centralizada da rede municipal de iluminação pública, a partir do controle do patrimônio, da detecção de falhas, da medição remota do consumo de energia nos pontos de iluminação pública e da priorização de atendimentos e intervenções, despacho e acompanhamento de ocorrências. Considerando que a Lei 8.666/93 admite a exigência de atestado apenas para Os serviços reconhecidos como parcela de maior relevância técnica e valor significativo, não tendo a "operação e manutenção de centro de controle operacional ou equivalente" sendo assim definida em edital como parcela*

de maior valor e relevância; Considerando que, a despeito do quanto asseverado supra, a exigência de atestado de "operação e manutenção de centro de controle operacional" traz especificidades excessivas capazes de comprometer a participação do maior número de interessados, tanto mais se não se tem conhecimento de um centro de controle com gestão centralizada a partir dos controles descritos, sendo evento recente em iluminação pública para qual não há projetos instalados no Brasil em pleno funcionamento; Está correto nosso entendimento de que: (I) Referida exigência esta suprimida do edital por não configurar parcela de maior valor e relevância? [ii] Ou, na hipótese de incorreto o entendimento supra, está correto nosso entendimento de tratar-se de parcela relevante e de valor significativo do objeto, sendo aceito atestado de "operação e manutenção de centro de controle operacional", sem as exigidas especificidades trazidas pelo item "iii" ?"

Resposta Oficial: *"i) Não está correto o entendimento. O Centro de Operações é parte integrante do objeto do contrato, assim descrito no Anexo VII – Caderno de Encargos - item 3.4. Os serviços nele descritos envolvem a gestão de todo o parque de Iluminação Pública, ou seja, não se caracterizam como serviços de menor relevância. ii) O Item 6.3.5 – a) – iii, prevê: "operação e manutenção de centro de controle operacional ou equivalente, constituído por equipamentos e softwares de tecnologia da informação que permitam a gestão centralizada da rede municipal de iluminação pública, a partir do controle do patrimônio, da detecção de falhas, da medição remota do consumo de energia nos pontos de iluminação pública e da priorização de atendimentos e intervenções, despacho e acompanhamento de ocorrências." O entendimento está correto desde que seja demonstrado que os equipamentos e softwares utilizados permitam a gestão centralizada da rede municipal de iluminação pública, a partir do controle do patrimônio, da detecção de falhas, da medição remota do consumo de energia nos pontos de iluminação pública e da priorização de atendimentos e intervenções, despacho e acompanhamento de ocorrências"*

Timbó, 22 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas
Adilson Mesch